

1468

AMAZÔNIA

Mercúrio ameaça as reservas indígenas

Agência Estado
Jane Soares

SÃO PAULO — Destruição do meio-ambiente, ocupação desordenada do solo; conflitos pela posse da terra, contaminação dos rios por mercúrios, ameaça às reservas indígenas estes são apenas alguns dos muitos problemas que atingem a região amazônica. Será que o desenvolvimento econômico é incompatível com a preservação do meio ambien-

te? Como os empresários responsáveis por projetos de exploração vêem a questão?

João Carlos Meirelles, da Juruena empreendimentos de Colonização diz que o grande pecado não foi a política de incentivos fiscais fixada pelo governo para atrair investimentos para a região, mas a inexistência de uma política de ocupação. Os projetos eram aprovados pela Sudam, sem levar em conta o impacto do meio-ambiente. Assim foram explorados o Norte do Mato Grosso, Sudeste e

Nordeste do Pará, Norte de Goiás.

Os empresários foram atraídos pela vantagem dos incentivos e não por um modelo racional de exploração o que acarretou prejuízos ecológicos, sociais e econômicos — disse Meirelles. Não existiu e não existe — uma definição do que pode ou não ser ocupado, quais as áreas destinadas às reservas ecológicas, biológicas, indígenas, parques nacionais. A região amazônica tem 7 milhões de quilômetros quadrados, representados 60% do território brasileiro.

Criação de grandes parques nacionais

Acredito que dois terços destes territórios devem permanecer intocados porque as terras não se prestam a qualquer tipo de exploração agrícola. Existem na região, porém, 1,7 milhão de quilômetros quadrados, o equivalente a toda a área brasileira destinada hoje para atividades agrícolas, que podem ser utilizados sem riscos de degradação da natureza. Meirelles defende a idéia de que a criação de grandes parques nacionais representa um ato de soberania semelhante ao que se pratica quando se define um projeto de assentamento de trabalhadores sem terra. Para ele, todos os erros cometidos na região tem o governo o primeiro e principal responsável. "Embora não se possa eximir de responsabilidade os aventureiros que foram para a Amazônia. Mas quando o

governo dá títulos de posse a um fazendeiro, nos limites de uma reserva indígena, está fomentando conflitos". Para ele, a degradação ecológica verificada ao longo das rodovias Belém-Brasília, no Pará, e da Cuiabá-Porto Velho, em Rondônia, é resultado direto da ineficiência governamental. As terras reservadas para assentamento acabaram invadidas porque pss projetos não foram desenvolvidos e não existe nenhuma fiscalização para fazer cumprir a lei que exerce a manutenção de 50% da mata original em cada área ocupada.

Os problemas são agravados pelo crescimento desordenado da região. Mato Grosso cresceu, entre 1975 e 1985, 13,5% ao ano; Rondônia cresceu 16,2%, enquanto, no País, o aumento populacional médio foi de

2,42%. Ao permitir estes deslocamentos, sem qualquer projeto racional de ocupação, o governo agravou o problema fundiário e a exploração predatória de terras que sequer ofereciam condições para abrigar atividades agrícolas. Quando da abertura do trecho paraense da Cuiabá-Santarém, a Associação e Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (órgão da Universidade de São Paulo), realizaram um estudo com a intenção de prevenir problemas que acabaram ocorrendo, como a grilagem de terras, resultando em greves conflitos sociais, especialmente no Bico do Papagaio. "é urgente que se inicie uma discussão nacional para definir critérios para a ocupação racional da Amazônia estabelecendo projetos integrados de ocupação.

Exagero na preservação do meio ambiente

Fernando Vergueiro, diretor-presidente da Borba Gato Agropecuária, está na região desde 1979, com um projeto agropecuário no Norte do Pará, onde cria gado e desenvolve o segundo maior pomar do mundo de castanheiras, ocupando 2 mil hectares. O empresário reconhece que muitos erros foram cometidos por absoluta falta de experiência no que se refere à preservação do meio-ambiente mas enfatiza que "há muito exagero neste neste tipo de postura".

Vergueiro acredita que, se o processo de colonização iniciado agora, nas mesmas condições de há 30 anos, erros idênticos seriam cometidos. É evidente, no entanto, que se pode aproveitar hoje toda a tecnologia desenvolvida, que tem condições de preservar o meio-ambiente e melhorá-lo. Como Meirelles, ele descarta a hipótese de que o empresário não tenha nenhum interesse na aplicação de técnicas de conservação.

— Os maiores interessados são os empresários, sob pena de os projetos

se mostrarem economicamente inviáveis. Mas cabe ao governo ser o estimulador e divulgador dos modelos tecnológicos adequados para exploração racional.

Ariosto da Riva, da Indeco S/A; participou da colonização de vários Estados, inclusive São Paulo. No Mato Grosso criou três cidades Alta Florestas, Paraná e Apiaca, onde vivem 100 mil habitantes na zona rural, desenvolvendo culturas de cacau, café, urucum, guaran. Riva lembrou que desastre ecológicos também ocorreram na conquista de novas áreas em Estados como Paraná, São Paulo e Rio Grande do Sul, que teve de "importar madeiras de outras regiões para fazer cercas. Para ele, as queimadas são normais nesta época do ano. Riva acredita que o mais grave problema da ocupação da Amazônia é a exploração de que desordenada dos garimpos responsáveis pela poluição por mercúrio de praticamente todos os rios da região.

Riva defende a substituição da mata virgem por culturas perenes como a café, castanheiras, cacau, o empresário reconhece que existem formas de exploração inadequadas, mas isenta as grandes empresas da responsabilidade, atribuindo-a aventureiros e à total falta de controle para impedir a devastação.

As áreas de reserva indígena devem e podem ser preservadas — disse. É preciso um trabalho de conscientização dos colonos, para que resguardem a terra como um patrimônio para a geração futura. Acredito que esta consciência de respeito à natureza está sendo despertada, mesmo porque muitos de nossos colonos vieram do Sul, onde conheceram os trágicos efeitos da devastação. É preciso desenvolver, também, programas que evitem a exploração das terras baixas da Amazônia que são ácidas, inadequadas para a agricultura. Quando perdem a cobertura vegetal sofrem os efeitos terríveis da erosão, transformando-se em desertos.

80.000 km de floresta nativa consumida

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, (SP) — As queimadas em todo o território brasileiro, de julho a outubro deste ano vão consumir mais de 80 mil quilômetros quadrados de florestas nativas e mais de 120 mil quilômetros quadrados de áreas já desmatadas, atingindo principalmente as regiões da Amazônia e do centro-oeste. Isso equivale a cinco vezes a área da Suíça ou a 80% do Estado de São Paulo.

De norte a sul do País, durante esses meses, ocorrem entre dois mil e cinco mil incêndios por dia e que são capazes de colocar na atmosfera milhões de toneladas de gás carbônico. Esses cálculos foram possíveis a partir das imagens obtidas pelo satélite meteorológico Noá através de sensores que medem as variações de temperatura nas proximidades do solo. As ima-

gens transmitidas para o Instituto de Pesquisas Espaciais (INPE) são tratadas em computadores alimentados por programas que permitem medir a evolução das queimadas. Esse acompanhamento está sendo feito desde julho num programa coordenado pelo pesquisador Alberto Setzer, do INPE, com financiamento do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF).